

Ata de Reunião do Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o Programa Nacional de Imunizações e as Políticas de Saúde Pública



Pauta: Reunião mensal ordinária do Comitê



Data: Sexta-feira, 24 de janeiro de 2025, 10h



Local: Palácio do Planalto (9 participantes, presencialmente) e virtual (2 participantes online)



Presentes:

SECOM:

1. Mayra Saito (SPDIGI)
2. Túlio Ricardo Couto (SERES)
3. Aline Lopes Ferrer (SERES)
4. Daniel Rodrigues (SPDIGI)
5. Silvio da Cama (SPDIGI)
6. Julie Ricard (consultora UNESCO)
7. Renata Vasconcelos Lucena (CONJUR)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

8. Ana Beatriz Magalhães (ASCOM)
9. Luis Saraiva (DECIT)
10. Carolina Sampaio (SVSA)
11. Carolina Crespo (CONJUR)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

12. Janaína Gomes Lopes (Políticas Digitais)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

13. Rogaciano Bezerra Leite Neto (PNDD)
14. Karina Nathércia (PNDD)

IBICT

15. Ergon Cugler de Moraes Silva

Agenda de discussão

1) Informes

- **Acompanhamento do debate digital** - A Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Saúde (ASCOM/MS) apresentou os mais recentes achados de disseminação de desinformação em saúde, com ênfase nas narrativas relacionadas ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). A plataforma X se consolidou como o principal ambiente para a circulação de conteúdos desinformativos sobre vacinas, registrando 50 mil ocorrências ao longo do ano, em contraste com 5 mil ocorrências identificadas no Facebook no mesmo período. Entre as principais narrativas desinformativas identificadas, destacam-se: 1.) Alegações infundadas sobre restrições governamentais na aquisição de vacinas, sugerindo, de maneira enganosa, que o Governo Federal estaria dificultando o acesso da população à imunização; 2.) Mensagens alarmistas sobre a segurança das vacinas contra a dengue, que promovem temores infundados sobre supostos riscos à saúde humana; 3.) Um expressivo pico de desinformação identificado entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, período no qual houve um aumento significativo na circulação de conteúdos falsos e enganosos sobre vacinas. A ASCOM/MS enfatizou a necessidade de um acompanhamento e formulação de estratégias eficazes para combater essas narrativas, garantindo que informações baseadas em evidências científicas alcancem a população de maneira ampla e acessível.
- Os membros do Comitê debateram as recentes alterações na política de moderação da Meta, que levanta preocupações sobre os possíveis impactos na disseminação de desinformação em saúde, especialmente no que diz respeito à adoção de mecanismos inspirados no modelo de “Notas da Comunidade” do X (antigo Twitter). Foi informado que centros de pesquisa já estão conduzindo análises aprofundadas sobre os riscos e desafios associados a essa nova abordagem, e notado que estudos preliminares indicam que a implementação desse sistema pode apresentar fragilidades estruturais, especialmente em países onde há maior vulnerabilidade a campanhas de desinformação coordenadas. Os membros do Comitê ressaltaram a importância de acompanhar de perto essa mudança, promovendo articulações com pesquisadores, entidades da sociedade civil e representantes das plataformas para garantir que a moderação de conteúdo em temas sensíveis, como saúde pública e vacinação, seja feita de modo responsável, transparente e conforme diretrizes baseadas em evidências científicas.
- O pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) também apresentou resultado de pesquisa sobre a desinformação em saúde no Telegram, destacando o papel dessa plataforma na disseminação de narrativas falsas sobre vacinas e supostos tratamentos alternativos sem comprovação científica. A análise identificou mais de 400 mil usuários ativos em comunidades brasileiras abertas e públicas que promovem teorias da

conspiração relacionadas a movimentos antivacina e a curas milagrosas. O estudo não incluiu comunidades privadas ou conversas individuais, respeitando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o que sugere que o alcance da desinformação pode ser ainda maior. A Secretaria de Estratégias e Redes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SERES/SECOM) demonstrou preocupação com os achados, reforçando que o levantamento do IBICT revela a existência de redes massivas de desinformação, que expõem diariamente centenas de milhares de pessoas a conteúdos enganosos e potencialmente prejudiciais. Entre as principais práticas identificadas nessas comunidades, destacam-se: 1.) Comercialização irregular de substâncias nocivas, como dióxido de cloro, promovido falsamente como tratamento para diversas doenças; 2.) Divulgação de protocolos pseudocientíficos, incluindo supostos métodos de desparasitação e desintoxicação, frequentemente apresentados como curas milagrosas para HIV/AIDS, autismo, câncer e outras condições (inclusive conforme sinalizado como alerta pela Associação Nacional para Inclusão das Pessoas Autistas); 3.) Amplificação coordenada de desinformação, com a reciclagem de conteúdos já desmentidos por autoridades sanitárias e científicas. Os membros do Comitê ressaltaram a necessidade de ampliar o acompanhamento e parceria com o IBICT para fortalecer ações interinstitucionais de contenção da disseminação de desinformação, com articulação entre órgãos governamentais, pesquisadores e plataformas digitais, de modo a mitigar os impactos dessas redes na adesão às políticas públicas de saúde e na proteção da população contra fraudes e tratamentos potencialmente perigosos.

- A Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia da Advocacia-Geral da União (PNDD/AGU) informou que aguarda o envio do relatório detalhado sobre as práticas de desparasitação promovidas em comunidades de desinformação, documento essencial para embasar estratégias de enfrentamento e comunicação baseadas em evidências científicas. Também atualizou sobre o caso do dióxido de cloro, informando que o juiz determinou a realização de audiência de conciliação sobre sua comercialização e promoção como tratamento alternativo, demanda que será acompanhada de perto pelo Comitê para avaliar seus impactos regulatórios e jurídicos. A representante da PNDD notou um aumento na circulação da narrativa de que o governo estaria criminalizando a desinformação, e reforçou a importância de que o Comitê esclareça sua atuação reconhecendo que, se a desinformação, por si só, não é crime, atos decorrentes da sua disseminação podem configurar infrações, como estelionato, charlatanismo, incitação ao crime e crimes contra a saúde pública. Afirmou ser essencial o monitoramento dessa narrativa e o esclarecimento público sobre a distinção entre regulação da desinformação e a responsabilização por práticas ilícitas associadas.
- Já o Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT/MS) apresentou os avanços do edital realizado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destacando que

a iniciativa atraiu 292 projetos inscritos, dos quais 22 foram selecionados e serão financiados para o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao enfrentamento da desinformação em saúde. Durante a reunião, os representantes dos demais órgãos expressaram interesse em estabelecer um diálogo direto com os pesquisadores responsáveis pelos projetos em andamento, com o objetivo de subsidiar as discussões do Comitê e fortalecer a formulação de estratégias baseadas em evidências científicas. Foi ressaltada a importância de criar mecanismos para que os resultados dessas pesquisas possam ser incorporados ao Comitê, garantindo que as descobertas e recomendações geradas pelos estudos sejam aplicadas na construção de políticas públicas mais eficazes no combate à desinformação. Mencionou-se a possibilidade de organizar seminários temáticos ou grupos de trabalho dedicados à análise das pesquisas financiadas, permitindo que os achados mais relevantes sejam apresentados periodicamente ao Comitê.

- A Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SPDIGI/SECOM) informou que o **Curso de Capacitação para ASCOMs e CONJURs**, anteriormente previsto para 28 e 29/01/2025, foi adiado devido a alterações em curso no Governo Federal relacionadas às mudanças de gestões. O reagendamento da capacitação será necessário para alinhar os conteúdos às novas diretrizes e garantir que as assessorias de comunicação e consultorias jurídicas estejam atualizadas quanto aos procedimentos e estratégias a serem adotados no enfrentamento à desinformação.
- **Capacitação de profissionais e agentes de saúde** - A Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SPDIGI/SECOM) também recordou que há dois cursos de capacitação em fase de planejamento, voltados ao enfrentamento da desinformação em saúde, ambos em articulação com instituições acadêmicas e programas estratégicos do Governo Federal:
 - O primeiro curso, Capacitação de Profissionais de Saúde, será viabilizado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), o Ministério da Saúde (MS) e a Universidade de Brasília (UnB). O Comitê discutiu o andamento dessa parceria, destacando dois eixos principais: (i) capacitação de trabalhadores da saúde, com um programa nacional que visa fornecer metodologias práticas para que os profissionais atuem como multiplicadores de informações confiáveis, e (ii) compartilhamento de dados e análise de redes, permitindo que pesquisadores da UnB tenham acesso a dados estratégicos do MS para mapear e analisar narrativas desinformativas em saúde. O curso será lançado no dia 7 de abril de 2025, em parceria com a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS), e, como encaminhamento, ficou decidido que MS e SECOM trabalharão para superar os entraves

jurídicos e fechar a minuta do ACT a fim de que ela possa ser assinada antes do início do curso.

- O segundo curso, Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) Multiplicadores, está sendo estruturado no âmbito do PROADI-SUS, em parceria com o Ministério da Saúde (SGETS/MS) e o Hospital das Clínicas Corrêa (HC Corrêa), com foco especial na oncologia. A proposta prevê a realização de capacitações presenciais descentralizadas, abrangendo todas as regiões do país. Cada Estado terá quatro ACSs por turma de capacitação, assegurando representatividade nacional. O curso terá duração de dois dias de formação intensiva, com atividades organizadas em três eixos prioritários: (i) enfrentamento à desinformação, ensinando os ACSs a identificar e combater informações falsas sobre saúde, (ii) práticas de comunicação e plataformas, capacitando-os no uso estratégico de ferramentas presenciais e digitais para amplificação de informações seguras, e (iii) fortalecimento do território, incentivando a construção de redes locais de confiança. Além disso, o programa abordará temas críticos como imunizações, oncologia e pandemias, garantindo que os ACSs estejam preparados para atuar em seus territórios de forma estratégica. A capacitação presencial será complementada por uma formação online, ampliando o alcance do conteúdo. A proposta será formalmente encaminhada pela SGETS/MS, com insumos da SPDIGI, e, uma vez aprovada, será trazida de volta ao Comitê para alinhamento e implementação.
- **Projetos-piloto de comunicação** - A Consultora da UNESCO presente na reunião apresentou ao Comitê a proposta de dois projetos-piloto elaborada pela Câmara Técnica do Comitê de comunicação voltados para o enfrentamento da desinformação sobre vacinas.
 - O primeiro eixo do projeto tem como foco o combo de vacinas infantis obrigatórias do PNI, que englobam 16 imunizantes essenciais para a saúde pública e frequentemente são alvo de desinformação. O piloto seria proposto para implementação nos seguintes municípios: São Gonçalo (RJ), Duque de Caxias (RJ), Macapá (AP), Juiz de Fora (MG) ou Feira de Santana (BA), priorizando estratégias de comunicação voltadas para aumentar a confiança da população nessas vacinas e combater mitos que impactam as coberturas vacinais.
 - O segundo eixo propõe abordagem específica para a vacina contra o HPV, imunizante que sofre forte estigmatização, sobretudo devido à associação com questões de sexualidade e comportamento. O piloto seria proposto para implementação em Rio Branco (AC), Nova Iguaçu (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Gonçalo (RJ) ou Juiz de Fora (MG), com estratégias de comunicação direcionadas para desmistificar a vacina e reforçar sua importância na prevenção do câncer de colo de útero, principal causa de mortalidade entre mulheres na América Latina.



- A proposta apresentada sugere a implementação de dois projetos-piloto, cada um em um município, com abordagens distintas para testar estratégias eficazes no combate à desinformação. Além disso, foram discutidas possíveis linhas de financiamento para viabilizar a iniciativa, incluindo Embaixada do Reino Unido, Itamaraty (que pode contar com uma linha específica para o tema) e Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). O Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT/MS) também foi instado a considerar formas de experimentação dentro do projeto, a fim de avaliar metodologias inovadoras e medir o impacto das ações de comunicação sobre a adesão vacinal.
- O representante do DECIT/MS também propôs a realização de um projeto-piloto de articulação regional para fortalecer a rede latino-americana de enfrentamento à desinformação em saúde, considerando que os fenômenos observados no Brasil possuem paralelos significativos em países vizinhos. Citou Porto Rico, onde há processos de desinformação sobre vacinas e políticas de saúde semelhantes aos verificados no Brasil. O piloto permitiria mapear tendências regionais, identificar padrões comuns e estruturar estratégias conjuntas de combate à desinformação, fortalecendo o intercâmbio de experiências entre pesquisadores, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais de diversos países da América Latina. O Comitê destacou a importância de estabelecer parcerias institucionais para consolidar essa rede, considerando possíveis interlocuções com organismos internacionais, universidades e entidades que atuam no campo da regulação de plataformas digitais e políticas de enfrentamento à desinformação na região. Foram mencionados centros de pesquisa como potenciais parceiros iniciais, sendo o Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NETLAB/UFRJ), o Laboratório de Internet e Ciência de Dados (LABIC/UFES), Observatório da Desordem Informacional e Políticas Públicas (DesinfoPop/FGV), além de redes e coalizões estratégicas, como a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), a Coalizão Direitos na Rede (CDR) e a Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD), dentre outros que poderiam contribuir no engajamento local. A viabilidade da iniciativa dependerá da identificação de financiamentos estratégicos e colaborações com atores multilaterais, como a UNESCO, OPAS/OMS e instituições de fomento à pesquisa e inovação.
- Durante a reunião, a SPDIGI/SECOM informou que as propostas apresentadas pelo Comitê (que incluíam montagem de estande próprio, realização de oficina e lançamento de selo) não foram selecionadas para o **Encontro de Prefeitos**, mas que seria possível utilizar o estande da SECOM para divulgar materiais do Programa Saúde com Ciência, assim como divulgar o futuro lançamento do selo “Prefeitos Amigos da Infância”, que integrava a proposta apresentada. Representante da SVSA/MS explicou que o selo teria como objetivo reconhecer e incentivar gestores municipais comprometidos com o aumento da cobertura vacinal no conjunto de imunizantes infantis do Programa Nacional de

Imunizações (PNI). Ainda que não seja possível lançar o selo até o Encontro de Prefeitos, previsto para fevereiro, e diante de sugestão do Comitê, a SVS/AMS comprometeu-se a verificar a possibilidade de produzir folder informativo sobre o lançamento do selo, a ser disponibilizado nos stands do evento. O folder poderia apresentar QR Code direcionando os interessados à página oficial onde serão publicadas informações sobre os critérios de concessão do selo, boas práticas implementadas pelos municípios premiados e orientações para que prefeituras possam aderir à iniciativa.

2) Planejamento 2025

- A SPDIGI/SECOM informou que Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério da Saúde (MS) e a própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) enviaram ao Comitê contribuições sobre as ações que pretendem realizar em 2025, alinhadas com os eixos estratégicos de resposta rápida, responsabilização, capacitação, comunicação e engajamento social:
 - Aprimoramento do fluxo de tratamento da desinformação no Governo Federal (Eixos 1, 2 e 3)
 - Desenvolvimento de um protocolo estruturado para garantir respostas rápidas e eficazes às narrativas desinformativas sobre saúde, com ações coordenadas entre órgãos públicos e parceiros institucionais.
 - Reforço da articulação interministerial para garantir a responsabilização jurídica de atores envolvidos na disseminação de conteúdos fraudulentos, especialmente em temas críticos como vacinação e automedicação.
 - Capacitação em enfrentamento à desinformação
 - Para CONJURs e ASCOMs de todos os ministérios (Eixos 1, 2 e 3): Treinamento especializado para consultorias jurídicas e assessorias de comunicação sobre estratégias de resposta legal e midiática à desinformação.
 - Para profissionais de saúde (Eixo 5): Curso voltado para capacitação de trabalhadores da saúde no reconhecimento, combate e comunicação de evidências científicas, ampliando a capilaridade do enfrentamento à desinformação no SUS.
 - Reconhecimento e incentivo a gestores municipais
 - Selo “Prefeito Amigo da Vacina” ou “Prefeito Amigo da Infância” (Eixo 4): Criação de um selo de reconhecimento para municípios que atingirem 100% de cobertura vacinal infantil (ou que aumentarem significativamente a cobertura vacinal), incentivando boas práticas locais de adesão ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).



- Projetos-piloto de comunicação territorial (Eixos 1 e 2)
 - Implementação de ações estratégicas de comunicação em municípios selecionados para enfrentar a desinformação sobre vacinas, especialmente nas faixas etárias infantil e adolescente.
- Cooperação Internacional e Pesquisa
 - Parceria com UNAIDS para pesquisa sobre desinformação sobre HIV (Eixos 1, 2 e 4): Estudo voltado para mapear as principais narrativas desinformativas sobre HIV, com foco na prevenção e enfrentamento do estigma associado à doença.
- Engajamento e Mobilização Digital
 - Evento com influenciadores (Eixos 2 e 4): Planejamento de um encontro para fortalecer a participação de criadores de conteúdo no combate à desinformação em saúde. O TikTok respondeu essa semana e já há uma reunião marcada para discutir a viabilização da iniciativa.
 - Podcast “Saúde com Ciência” (Eixo 2): Lançamento de um programa quinzenal ou mensal, com apresentação de Gabriela Prioli, visando ampliar o alcance das discussões sobre saúde pública em um formato acessível e engajador.

✓ Encaminhamentos

- Acompanhamento da **política de moderação da Meta**: O Comitê acompanhará e contribuirá com o posicionamento sobre as mudanças na moderação da Meta, especialmente no que se refere à possível implementação de um sistema semelhante às Notas da Comunidade do X (antigo Twitter). Será avaliada a experiência do X para compreender riscos e impactos da moderação colaborativa, garantindo que a abordagem da Meta não comprometa a regulação da desinformação em saúde.
- Atualização sobre **dióxido de cloro, desparasitação e desintoxicação**: Ana Beatriz, Ergon Cugler e Karina Nathércia ficaram responsáveis por atualizar os casos relacionados à comercialização e promoção de dióxido de cloro, protocolos de desparasitação e desintoxicação como supostos tratamentos alternativos, buscando organizações da sociedade civil como potenciais parceiras, como a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), a Coalizão Direitos na Rede (CDR), a Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD) e a Associação Nacional para Inclusão das Pessoas Autistas (Autistas Brasil), que já possuem acúmulo sobre a temática, dentre outras. O acompanhamento das ações judiciais e o mapeamento da circulação desses conteúdos nas plataformas e redes comunitárias serão priorizados.
- Implementação dos **projetos-piloto de comunicação sobre vacinas**: conduzir dois projetos-piloto, cada um em dois municípios, sendo um focado em vacinas

infantis do PNI e outro na vacina contra o HPV. Mapear as especificidades locais e estruturar um plano de impacto e monitoramento da adesão vacinal após as intervenções.

- Projetos-piloto de comunicação sobre vacinas - Viabilização financeira: Marcar reunião com o DECIT - CEGEV para discutir possíveis linhas de financiamento para os projetos-piloto de comunicação, incluindo fontes nacionais e internacionais. Verificar se há possibilidade de financiamento via PROADI-SUS ou parceiros institucionais.
- Projetos-piloto de comunicação sobre vacinas - Alinhamento estratégico com especialistas e parceiros: Reunião com Fábio Malini para discutir estratégias de comunicação digital e enfrentamento à desinformação. Avaliar metodologias inovadoras de mapeamento e análise de redes de desinformação.
- Projetos-piloto de comunicação sobre vacinas - Análise da evolução da cobertura vacinal: Comparar os dados de cobertura vacinal dos anos de 2022, 2023 e 2024 para identificar tendências, impactos de campanhas e desafios persistentes. Carolina Sampaio será responsável pela sistematização dos dados e apresentação ao Comitê.
- Projetos-piloto de comunicação sobre vacinas - Mobilização com gestores municipais: Iniciar diálogo com prefeitos dos cinco municípios selecionados para os projetos-piloto, garantindo apoio e engajamento das gestões locais.
- Material de divulgação para o **Encontro de Prefeitos**: Carolina Sampaio verificará a viabilidade de produzir e disponibilizar um material informativo sobre o selo nos stands do MS/SECOM no Encontro de Prefeitos. Será criado um QR Code para acesso rápido a informações sobre critérios e adesão ao selo.
- Aprimoramento das **propostas de ação para 2025**: todos os órgãos foram instados a complementar e detalhar suas propostas de ação no âmbito do Comitê para 2025, garantindo coerência, viabilidade e integração das ações interministeriais.
- **Articulação com a ANVISA sobre “curas milagrosas”**: Ergon Cugler e Karina Nathércia ficaram responsáveis de articular um levantamento sobre a promoção de “curas milagrosas” em rádios, identificando padrões e principais veículos de desinformação. Encaminhar esse material para a AGU, que facilitará uma reunião entre o Comitê e a ANVISA para debater ações regulatórias e medidas de enfrentamento.

